



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS DE SEGURANÇA, FABRICADO EM AÇO E FECHADURA COM TRANCA MULTIPONTO, PARA O ARMAZENAMENTO PROVISÓRIO DE ARMAS DE FOGO, DESTINADOS AO ARMAZENAMENTO INDIVIDUALIZADO DE ARMAS, NECESSÁRIOS PARA EVITAR O PORTE DE ARMA NAS DEPENDÊNCIAS DE PRÉDIOS E INSTALAÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA IDR COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-ME (PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 8507086-88.2017.8.06.0000),*

CT N.º 05 /2018

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Avenida Ministro José Américo, Bairro Cambé, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente **de TJCE** ou **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Infraestrutura, Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa, e a empresa **IDR COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA-ME**, com endereço na Av. Independência, nº 323, Jardim Iracema, Fortaleza, CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.002.386/0001-12, neste ato representada por seu sócio administrador Sr. Dário Olney Farias Martins, portador da carteira de identidade nº 96002563341 SSP/CE e inscrita no CPF/MF nº 875.156.283-91, daqui por diante simplesmente denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente Contrato, que se regerá pela Lei

1



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

nº 8.666/93, e suas alterações.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA e no resultado da Licitação realizada sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 29/2017, devidamente homologada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tudo de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e a Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores, e em conformidade com o processo administrativo nº 8507086-88.2017.8.06.0000.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

*O Objeto deste Instrumento consiste na contratação de empresa para aquisição de armários de segurança, fabricado em aço e fechadura com tranca multiponto, para o armazenamento provisório de armas de fogo, destinados ao armazenamento individualizado de armas, necessários para evitar o porte de arma nas dependências de prédios e instalações do Poder Judiciário do Estado do Ceará, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico n.º 29/2017, bem como em seu(s) Anexo(s), todos parte(s) integrante(s) deste Contrato.*

**PARÁGRAFO ÚNICO – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

A prestação do objeto obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Instrumento, no que não o contrarie.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

São obrigações das partes neste Contrato:

**§ 1º DO CONTRATANTE:**

- I. Notificar a Contratada sobre quaisquer irregularidades encontradas nos fornecimentos.
- II. Exercer a fiscalização dos fornecimentos, através da unidade responsável, a fim de zelar pela boa execução do objeto licitado, comunicando ao setor competente quaisquer irregularidades para que sejam adotadas as providências cabíveis.
- III. Nomear um Gestor do Contrato, sendo o mesmo um membro do quadro funcional da Secretaria de Administração e Infraestrutura e um Fiscal do contrato, sendo o mesmo um membro do quadro funcional da Assistência Militar.
- IV. Competências do GESTOR do Contrato:



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- a) Elaborar e encaminhar a Ordem de Fornecimento para aquisição dos produtos;
- b) Atestar o recebimento definitivo dos equipamentos;
- c) Providenciar todos os procedimentos e encaminhamentos necessários ao pagamento dos produtos adquiridos;
- d) Responsabilizar-se pela aplicação das sanções administrativas relativas à execução do objeto, especificado neste Contrato;
- e) Exercer suas funções inerente ao contrato durante toda a vigência do mesmo.

V. Competências do FISCAL do Contrato:

- a) Realizar o recebimento provisório dos equipamentos juntamente com um membro ao setor de Almoxarifado;
- b) Preencher o Formulário para Abertura de Chamados (ver ANEXO II do Contrato) de garantia. Após preenchido, o Fiscal encaminhará este formulário diretamente à CONTRATADA.
- c) Responsabilizar-se, após a publicação do contrato no Diário da Justiça, pelo acompanhamento do fornecimento dos produtos.
- d) Atestar a execução dos serviços de garantia prestados.

**§ 2º CONTRATADA:**

- I. São de responsabilidade da contratada todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o fornecimento, inclusive as de envio expresso, caso seja necessário, para atender atrasos ou resolução de problemas de inconformidade, para os quais tenha concorrido direta ou indiretamente.
- II. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto, sem prévia e expressa autorização do Gestor do Contrato, sendo que a responsabilidade técnica caberá sempre à Contratada, em qualquer caso, não sendo transferida sob nenhum pretexto.
- III. Cuidar para que o material fornecido atenda, rigorosamente, à qualidade e às características especificadas no termo de referência – anexo 1 do Edital de Pregão Eletrônico n. 29/2017.
- IV. Transportar os produtos, inclusive quando da execução da garantia, quando necessário, desde o local de distribuição, fabricação e embalagem até o local de entrega especificado no item local de entrega, ou nas condições de recebimento e aceitação deste contrato, sem ônus adicional para a contratante.
- V. Assumir inteira responsabilidade por qualquer dano ou extravio causado durante o transporte e demais serviços pertinentes ao fornecimento, devendo comunicar ao Fiscal do Contrato, tempestivamente, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.
- VI. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- VII. Assumir a responsabilidade por toda e qualquer despesa com pagamento de seu pessoal, inclusive com traslados, alimentação, acomodação, etc. e também por todos os danos e perdas causados a terceiros, diretamente resultantes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.
- VIII. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Fiscal do Contrato, no prazo máximo de



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

3 (três) dias úteis. Esta resposta deverá ser através de ofício assinado e encaminhada por correio eletrônico (*e-mail*) disponibilizado pelo fiscal do contrato. O prazo começará a ser contado quando a contratada manifestar o recebimento do questionamento que foi enviado via e-mail.

IX. Fornecer à CONTRATANTE conta de correio eletrônico (*e-mail*) específico para envio do Formulário de Abertura de Chamados a ser realizado pelo Fiscal do Contrato.

X. Fornecer à CONTRATANTE, dois números de telefone, sendo um fixo e outro móvel, bem como o nome de um funcionário com quem será mantido contato para fins de solicitação de informações e envio de abertura de chamados.

**CLÁUSULA QUARTA – DESCRIÇÃO DO OBJETO**

A aquisição de armários de segurança, objeto deste contrato, será realizada em conformidade com as especificações abaixo descritas.

§ 1º Forma de fornecimento, endereço e prazo para entrega

I. Após a assinatura do contrato, o Gestor do mesmo emitirá a respectiva Ordem de Fornecimento com a Nota de Empenho em anexo.

a) A Ordem de Fornecimento indicará, além do endereço de entrega (sede do Tribunal de Justiça), a descrição do produto, quantidade e marca oferecida de acordo com a proposta de preços aprovada, bem como quaisquer outras informações operacionais que se façam necessárias para a entrega dos produtos no prazo estipulado.

II. Para a emissão da Nota de Empenho, o fornecedor deverá possuir registro atualizado no Cadastro de Fornecedores do Estado do Ceará, já que todo o procedimento de despesa pública no âmbito desta Corte de Justiça é realizado através do Sistema de Gestão Governamental por Resultados, do Governo do Estado do Ceará, que só pode ser processado com os dados do fornecedor catalogados no sistema.

III. A Ordem de Fornecimento será enviada para o *e-mail* indicado pelo fornecedor, com cópia à Gerência de Suprimentos e Logística (GSUPLOG) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

IV. A empresa contratada, ao receber a Ordem de Fornecimento, deverá devolvê-la, devidamente assinada por seu representante legal, sem qualquer ônus para o TJCE, em até 3 (três) dias úteis, também por e-mail, a fim de que possa ser instruído o processo administrativo.

a) A não devolução ou devolução fora do prazo da Ordem de Fornecimento, por parte do fornecedor, poderá ser caracterizado como retardamento na execução do objeto da licitação, com consequente sanção administrativa.

V. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento com a Nota de Empenho, o fornecedor deverá entregar o material, em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, devidamente montado, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará cujo endereço segue abaixo:

a) Tribunal de Justiça do Estado do Ceará



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Av. General Afonso de Albuquerque Lima, s/nº

Palácio da Justiça, Bairro Cambéba

Fortaleza-CE – CEP: 60.822-325

Chefia da Assistência Militar do TJCE – (85) 3207.7070 / 7066

VI. A critério do Gestor do Contrato e mediante justificativa fundamentada por parte da empresa contratada, poderá ser concedida prorrogação de prazo para entrega do material. Não serão aceitas como justificativas para atrasos do fornecimento, problemas relacionados com a estrutura física e administrativa do fornecedor, como: problemas com veículos, falta de produtos no estoque, problemas com fabricantes, alteração de preços no mercado, etc, salvo se estes forem decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados, cabendo à Comissão de Segurança Permanente decidir.

VII. Até o terceiro dia útil anterior ao final do prazo estabelecido na Ordem de Fornecimento, a CONTRATADA poderá solicitar, a prorrogação de prazo, desde que justifique e comprove suas alegações, suspendendo-se o decurso do prazo até a data de recebimento da comunicação com resposta oficial da CONTRATANTE.

a) A solicitação de que trata esta cláusula deve ser enviada, para o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) a ser fornecido pela CONTRATANTE, através do FISCAL do contrato, em papel timbrado.

VIII. Recebimento dos produtos, mesmo que provisório, será realizado de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 8:00h às 12:00h e de 13:00h às 17:00h, em dias de expediente forense.

IX. Demais informações e esclarecimentos serão fornecidos pela Assistência Militar do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através dos números telefônicos: (85) 3207.7072 e (85) 3207.7068.

X. As pessoas a serviço da empresa contratada deverão estar sempre identificadas através de crachá e fardamento corporativo obrigatoriamente com calça longa e, sempre que o produto ou atividade demandar, utilizar os devidos equipamentos de proteção individual.

XI. A contratada deverá, obrigatoriamente, fornecer todos os equipamentos de segurança individual (EPI) em quantidades suficientes a seus funcionários e exigir-lhes o uso, sempre que o produto ou atividade demandar, durante toda a prestação dos serviços, de acordo com as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

XII. Quando for solicitado pela Assistência Militar, a empresa contratada deverá fornecer relação com os nomes dos seus funcionários encarregados pelo transporte do material.

XIII. A contratada deverá dispor de equipamentos de transporte (carros plataformas, armazéns, empilhadeiras, etc.), quando necessários, sendo de sua responsabilidade exclusiva todo e qualquer custo com os serviços de entrega e/ou substituição dos produtos, bem como com o transporte e alimentação de seus funcionários.

§ 2º Critérios de recebimento e aceitação do objeto

I. Os produtos entregues serão recebidos **provisoriamente**, para posterior verificação, fundamentado no Art. 73, Inciso II, alínea “a”, da Lei 8.666/1993. Na ocasião, será indicado um servidor/colaborador do Serviço de Almoxarifado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e outro da Assistência Militar do TJCE para acompanhar a entrega.

II. O Recebimento definitivo do objeto contratado, só será realizado após a verificação do perfeito funci-



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

onamento dos equipamentos.

III. O recebimento **definitivo** se dará em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório do último material entregue (se aplicável), após a verificação e aceitação das especificações técnicas do material, da qualidade e quantidade dos equipamentos, assim como do perfeito funcionamento dos objetos adquiridos.

IV. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos produtos, nem ético-profissional pela perfeita execução do estabelecido no contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

V. É facultada a presença de representante do fornecedor no ato de conferência das quantidades unitárias, características específicas e dados do material, quando recebidos de forma provisória para posterior conferência.

**CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**§ 1º DO ACOMPANHAMENTO**

I. O contrato será gerido pela Secretaria de Administração e Infraestrutura, a quem compete à atribuição de ordenadora da despesa bem como as constantes da Cláusula Terceira, parágrafo primeiro, inciso quarto deste contrato.

**§ 2º DA FISCALIZAÇÃO**

I. O contrato será fiscalizado pela Assistência Militar, a quem competirá as atribuições descritas na Cláusula Terceira, parágrafo primeiro, inciso quinto deste instrumento contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E DO PREÇO**

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

§ 1º Alteração contratual unilateral, pela Administração Pública, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos conforme o artigo 65, inciso I, alínea a, da Lei n. 8.666/1993, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

§ 2º Os preços serão fixos e irredutíveis, pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

O inadimplemento das cláusulas e condições previstas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal com prova de recebimento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Constituem motivo para rescisão contratual:



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- III. A lentidão do seu cumprimento, levando o Tribunal a comprovar a impossibilidade da execução do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. Atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução dos serviços contratados;
- V. A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao Tribunal;
- VI. Subcontratação total ou parcial do objeto, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como da fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução do contrato;
- VII. A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial das obrigações contraídas, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, que afetem a boa execução do Contrato, sem prévio conhecimento e expressa autorização do Tribunal;
- VIII. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, assim como as de seus superiores;
- IX. O cometimento reiterado de faltas na execução do Contrato, anotadas pelo Tribunal;
- X. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- XI. A dissolução da CONTRATADA;
- XII. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do Contrato;
- XIII. Razões de interesse público, justificadas e determinadas, de alta relevância e amplo conhecimento, pela máxima autoridade do Tribunal, e exaradas no Processo Administrativo a que se refere este Contrato;
- XIV. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- XV. O descumprimento do disposto no Inciso V, do Artigo 27, da Lei 8.666/1993, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- XVI. A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do TJCE;
- XVII. O Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante aviso-prévio e escrito, desde que haja conveniência para o Tribunal, conforme previsto no Artigo 79, Inciso II da Lei 8666/1993;
- XVIII. Poderá o Tribunal rescindir imediatamente o Contrato, sem qualquer ônus, no caso de persistência no inadimplemento de obrigações pela CONTRATADA, e pelas quais já tenha a mesma, sido notificada para providenciar as devidas regularizações;
- XIX. O Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, sem ônus de qualquer espécie, a exclusivo critério do Tribunal, desde que devidamente notificado, devendo este notificar a CONTRATADA de sua intenção rescisória, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias corridos.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CLÁUSULA OITAVA- DA GARANTIA E CONDIÇÕES DE MATERIAIS**

§ 1º Os produtos deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações do Termo de Referência – Anexo 1 do Edital de Pregão eletrônico n º 29/2017, bem como todas e quaisquer normas ou regulamentações intrínsecas ao tipo de fornecimento.

§ 2º A garantia deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) meses contra defeito de fabricação. O prazo de garantia só será contado a partir do primeiro dia útil sucessivo ao recebimento definitivo do material.

§ 3º A contratada deverá garantir, a reposição de peças durante todo o tempo de vigência da garantia.

§ 4º Durante o prazo de garantia dos materiais, a contratada oferecerá assistência técnica permanente e gratuita e ficará obrigada a fornecer e substituir os materiais que vierem a apresentar defeitos de fábrica e defeitos posteriores que não se caracterizam por mau uso da mercadoria.

a) Caso seja necessário a remoção do armário para atendimento de garantia, esse traslado e demais custos envolvidos correrão por conta da contratada.

b) Todos os armários que necessitem de atendimento de garantia, estarão disponibilizados para tal fim nas dependências da sede do Tribunal de Justiça do Ceará.

§ 5º Quaisquer irregularidades, tanto de vícios/defeitos nos produtos, como nos prazos e quantidades de fornecimento, deverão ter sua correção no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após formalizada a reclamação, que se dará por meio de Formulário de Abertura de Chamado, conforme anexo II deste Contrato, independente da aplicação das sanções previstas.

I. Este formulário será encaminhado pelo Fiscal do contrato à contratada por meio de conta de correio eletrônico (*e-mail*) fornecida pela contratada.

II. Para efeito de acionamento de atendimento de garantia a contratada também deverá fornecer à contratante, além da conta de correio eletrônico (*e-mail*), dois números de telefone de contato com o setor responsável, sendo um fixo e outro móvel. A CONTRATADA deverá informar ainda à CONTRATANTE o nome de un(a) funcionário(a) com quem serão mantidos os contatos para efeito de garantia.

III. Este prazo começará a ser contado quando a contratada manifestar o recebimento do questionamento que foi enviado via *e-mail*.

§ 6º Caso a peça e/ou equipamento apresente um mesmo defeito, durante o período de vigência da garantia, por 3 (três) vezes ou mais, num intervalo de 180 (cento e oitenta) dias, deverá ser efetuada a substituição definitiva por outra peça nova e idêntica, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

§ 7º O equipamento/peça fornecido em substituição deverá obedecer às mesmas especificações ou especificações melhores, desde que compatíveis, dos equipamentos substituídos. Este equipamento deverá ainda ser novo e sob hipótese alguma poderá ser recuperado de outros defeitos ou reconstruído.

§ 8º Todo atendimento de garantia deve ser realizado *on site*.





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- I. Garantia *On site*: Modalidade de garantia exigida para equipamentos de grande porte ou para equipamentos cuja desinstalação/remoção possa ocasionar prejuízos às atividades das unidades do Poder Judiciário. Nessa modalidade, a assistência técnica autorizada/especializada deverá proceder aos reparos no local onde se encontrarem os equipamentos.
- II. Para efeito de garantia *On site* os respectivos produtos serão disponibilizados, ao fornecedor, nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- § 9º Uma vez acionados, todos os procedimentos de garantia deverão seguir as diretrizes abaixo:
- I. As retiradas de peças e procedimentos programados, nas situações de atendimentos de chamados de garantia, deverão ser realizados preferencialmente em dias de expediente forense e no horário comercial. Somente serão aceitas a realização destes procedimentos após o horário de expediente, bem como nos finais de semana ou feriado, se for conveniente para o Tribunal de Justiça, mediante solicitação e após autorização.
- II. O Tribunal de Justiça permitirá o acesso dos técnicos credenciados da empresa CONTRATADA às instalações onde se encontrarem os equipamentos, para a prestação dos serviços de manutenção dentro da garantia, que ficarão sujeitos às normas internas de segurança do Órgão, notadamente aquelas referentes à identificação, trânsito e permanência nas dependências.
- III. Todos os serviços de manutenção corretiva, dentro da garantia, deverão ser realizados mediante apresentação do Formulário de Abertura de Chamados (ver ANEXO II do Contrato). Ao final de qualquer serviço de manutenção corretiva, a equipe da CONTRATADA deverá colher o nível de satisfação quanto ao atendimento e fornecer cópia do formulário que deverá ser assinada pelo Fiscal do Contrato ou servidor por eles autorizado para os serviços executados, referentes aos equipamentos fornecidos.
- IV. O serviço de manutenção corretiva, dentro da garantia, deverá ser executado, preferencialmente, por pessoal técnico qualificado da empresa ganhadora do certame. A subcontratação de tais procedimentos é admitida desde que o técnico que atender à demanda seja credenciado pela empresa fabricante dos equipamentos fornecidos e sem ônus para a Contratante.
- V. As ferramentas e equipamentos adequados, inclusive os EPI'S, necessários nos atendimentos de chamados de garantia, devem ser adquiridos pela contratada, sem ônus adicional para a contratante.

**CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

A CONTRATADA deverá entregar na Central de Contratos do TJCE, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura de contrato, a título de garantia, a quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, cabendo-lhe optar dentre as modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/1993. A garantia será devolvida à CONTRATADA somente depois do cumprimento integral das obrigações assumidas, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 1º. A garantia apresentada deverá ter prazo de validade que abranja todo o prazo de execução dos serviços e devidamente acrescida de 3 (três) meses, conforme IN n° 6 de 23.12.2013 da SLTI/MPOG.

§ 2º. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- II. Prejuízos diretos causados ao TJCE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo TJCE, e indenizações devidas pela CONTRATADA; e
- IV. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

§ 3º A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no Parágrafo anterior, observada a legislação que rege a matéria.

§ 4º A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica, a ser indicada, com correção monetária.

§ 5º Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

§ 6º No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

§ 7º A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser utilizada para ressarcimento do CONTRATANTE e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas e indenizações devidas pela CONTRATADA.

§ 8º Na hipótese de alteração do valor do contrato, ou prorrogação do prazo de vigência, a CONTRATADA deverá apresentar prorrogação do prazo de validade da garantia no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto nos incisos I e II do Parágrafo Nono desta Cláusula, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

§ 9º Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento de multas, ela deve ser complementada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação do CONTRATANTE, a partir do qual se observará o disposto abaixo:

- I. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).
- II. O atraso superior a 30 dias acarretará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da multa prevista no inciso anterior.

§ 10º Será considerada extinta a garantia:

- I. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

II. no prazo de 3 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso o TJCE não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

§ 11º A ausência da renovação, tempestiva, da Garantia do Contrato ensejará aplicação das sanções contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS**

Atendendo ao Art. 20, inciso IV, alínea “h” da INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 4 da SLTI/MPOG, de 11 de setembro de 2014 e conforme os Arts. 86, 87 e 88 da Lei nº. 8.666 de 1993, art. 7º da Lei 10.520, de 2002, segue, abaixo, definições claras e detalhadas das sanções administrativas a serem aplicadas a esta contratação com vinculação por este Termo de Contrato.

§ 1º As sanções administrativas a serem aplicadas nesta contratação podem ser alteradas caso haja mudança na legislação em vigor.

§ 2º Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, ficando também sujeito à aplicação das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais o CONTRATADO que:

- I. Apresentar documentação falsa;
- II. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- III. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- IV. Comportar-se de modo inidôneo;
- V. Cometer fraude fiscal.

§ 3º Pela inexecução total ou parcial do objeto definido neste contrato, o TJCE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções a seguir, de acordo com o grau do prejuízo causado pelo descumprimento das respectivas obrigações:

- I. ADVERTÊNCIA;
- II. MULTAS, o atraso injustificado no fornecimento dos materiais/produtos sujeitará o fornecedor à:
- III. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o total da ordem de fornecimento em atraso, limitada a incidência de 10 (dez) dias corridos;
- IV. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o total da ordem de fornecimento em atraso, no caso de inexecução parcial;
  - a) Entende-se por inexecução parcial o atraso injustificado por mais de 10 (dez) dias após o término do prazo fixado para a entrega do objeto, até o limite de 30 (trinta) dias;
- V. Multa de 10% (dez por cento) sobre o total da ordem de fornecimento em atraso, no caso de inexecução total;
  - a) Entende-se por inexecução total o atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias após o término



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

do prazo fixado para a entrega do objeto, sem que qualquer parcela do objeto tenha sido entregue.

VI. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

VII. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no Parágrafo Segundo desta Cláusula e no inciso IV deste Parágrafo.

VIII. RESCISÃO, nos casos previstos no art.78 da Lei nº 8.666/1993

§ 4º Ao TJCE será assegurado, após regular processo administrativo, utilizar a garantia para permitir a compensação da multa aplicada. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

I. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

§ 5º As sanções previstas nesta Cláusula poderão ser aplicadas de forma distinta ou cumulativa, sem prejuízo de responsabilização nas esferas cível e penal.

§ 6º A CONTRATADA terá prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação para apresentar as justificativas relativas a eventuais falhas.

I. Caso não haja manifestação da CONTRATADA dentro desse prazo ou caso o CONTRATANTE entenda serem improcedentes as justificativas, serão aplicadas as penalidades previstas;

II. Caso ocorram divergências entre as justificativas apresentadas pela CONTRATADA e o atesto emitido pelo TJCE, o faturamento da parte incontroversa poderá ter o seu pagamento autorizado e os ajustes poderão ser realizados no período subsequente após a conclusão dos processos de apuração das irregularidades;

§ 7º Caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento das contribuições sociais e previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 8º As notificações de multas e sanções são de responsabilidades da Coordenadoria de Central de Contratos e Convênios do TJCE que receberá, do(s) Fiscal(is) do contrato e dos Gestores dos setores responsáveis pela contratação, os relatórios com as ocorrências insatisfatórias que comprometam a execução do contrato.

**CLÁUSULA ONZE – DO PREÇO**



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor global de **R\$ 34.579,92 (trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove reais e noventa e dois centavos)**, em conformidade com o descrito na tabela abaixo, referente aos serviços descritos neste Contrato e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNID. MEDIDA	QTD.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Armário Guarda-volume de 10 (dez) portas, em aço e fechadura com tranca de chave multiponto, conforme especificações contidas no Anexo I do termo de referência – Anexo 1 deste edital.	UNIDADE	24	NILKO NK 1709 NK 1510	R\$ 1.440,83	R\$ 34.579,92
VALOR TOTAL						R\$ 34.579,92

§ 1º– O valor global do contrato não obriga o TJCE a utilizar sua totalidade durante a execução do Contrato, podendo ocorrer, ao término de sua vigência saldo não utilizado de Unidades de Serviço Técnico.

**CLÁUSULA DOZE – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUN-SEG, tendo como Fonte os recursos diretamente arrecadados, nas seguintes dotações orçamentárias:

04200023.02.122.500.17425.1500000.44905200.27000.1.20

04200023.02.122.500.18445.1500000.44905200.27000.1.20

§ 1º Nenhuma contratação será efetuada sem a prévia indicação da disponibilidade orçamentária.

**CLÁUSULA TREZE – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

§1º. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do mesmo, ficando preservado o tempo de garantia do produto.

§2º. Não será admitido prorrogação do respectivo contrato.

**CLÁUSULA QUATORZE – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

§ 1º Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos materiais/produtos descritos na Ordem de Fornecimento, mediante apresentação da(s)



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Fatura(s) /Nota(s) Fiscal(is) atestada pelo setor competente, em nome de Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG), sob o CNPJ N. 16.368.546/0001-30, e também a apresentação de certidões que comprovem a regularidade da empresa com o fisco Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e débitos trabalhistas.

- I. Nenhum pagamento isentará a empresa fornecedora das suas responsabilidades e obrigações assumidas na ata de registro de preços.
- II. O Tribunal de Justiça do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste Contrato.
- III. Não será concedida, em hipótese alguma, a antecipação de pagamento dos créditos relativos ao fornecimento de produtos.

§ 2º Os pagamentos devem ser encaminhados, junto com a documentação solicitada, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços que será devidamente analisado e atestado pela Coordenadoria de Apoio Operacional.

§ 3º O pagamento somente será efetuado após a apresentação de certidões que comprovem a regularidade da empresa com o fisco Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e débitos trabalhistas.

I. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

II. O prazo do inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

III. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

IV. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

V. Havendo o efetivo fornecimento do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

VI. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade CONTRATANTE, não será recolhido o contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente em sua regularidade fiscal e trabalhista. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitações.

§ 4º Quando houver divergência entre a solicitação de pagamento apresentada e a prestação dos serviços verificada pela CONTRATANTE, a parte incontroversa poderá ser faturada ficando a parte controversa para ser discutida e compensada na fatura posterior.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

§ 5º Os valores da(s) NF(s) / Fatura(s) deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a CONTRATADA fazer a substituição desta(s) NF(s) / Fatura(s).

§ 6º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

no qual i = taxa percentual anual no valor de 6%.

**CLÁUSULA QUINZE – DO ORDENADOR DE DESPESA E DO GESTOR DO CONTRATO**

O órgão responsável pela contratação é o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

§ 1º O contrato será gerido pela Secretaria de Administração e Infraestrutura, a qual compete à atribuição de ordenadora da despesa. Poderá ser nomeado um servidor específico, membro do quadro funcional da Assistência Militar, para fiscalizar a execução do objeto registrado e as condições de habilitação do fornecedor.

§ 2º O(a) Ordenador(a) de Despesas é o Secretário de Administração e Infraestrutura do TJCE.

**CLÁUSULA DEZESSEIS – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Este contrato rege-se pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, alterada pelas Leis nº 9.648/1998, nº 9.854/1999, legislação correlata, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de fornecimento, emanados de órgãos públicos, aplicando-se-lhes, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO**

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza, 28 de FEVEREIRO de 2018.

*Dr. Moisés Antônio Fernandes Monte Costa*

**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TJCE – CONTRATANTE**

*Sr. Dário Olney Farias Martins*

**IDR COMERCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA**  
**CONTRATADA (assinatura/carimbo)**

Testemunhas: \_\_\_\_\_





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES  
LOTE ÚNICO

ARMÁRIO GUARDA VOLUME DE 10 (DEZ) PORTAS

ITEM	MATERIAL	GRUPO	UNIDADE DE	QUANTIDADE A
01	Armário de Aço	MATERIAL PERMANENTE	MEDIDA UNIDADE	LICITAR 24
<p style="text-align: center;"><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA</b></p> <p>1) Armário guarda volumes, de aço, com 10 (dez) portas individuais e fechaduras distintas em cada porta.</p> <p>2) <b>Dimensão aproximada do compartimento:</b> A150mm x L200mm x P360mm (variação de 5%).</p> <p>3) <b>Dimensão do Armário:</b> A1830 mm x L200mm x P350mm (variação de 5%) acompanhando a variação do armário sem que fiquem frestas desconformes entre as portas e a estrutura.</p> <p>4) <b>Material:</b> Fabricado em chapa de aço zincada (galvanizada) lisa conforme norma NBR 7008 ZC / X / D e Cristais normais – laterais/ fundo e bandejas em chapa 0.50mm (GSG – 26), portas e prateleiras divisórias em chapa 0.50 mm (GSG – 26) – base estrutural e moldura (quadro frontal), em chapa 1,25 mm (GSG- 18).</p> <p>5) <b>Estrutura:</b> Transpasse em “U”, fixadas por rebites “pop” alumínio. Estrutura com transpasse em “U”, onde as chapas laterais devidamente encaixadas ao transpasse em “U” com acabamento interno em ângulo de 90º aumentando à resistência do armário a torção.</p> <p>6) <b>Pintura:</b> Eletrostática epóxi-pó em todo o armário, externa e internamente, proporcionando cobertura total e uniforme com espessura de 70 a 110 micras, secada em estufa a 200°C. A pintura deve ser homogênea na estrutura e portas, com tinta antimicrobiana e bactericida, evitando a adesão das partículas de poeira e permite fácil e rápida limpeza.</p> <p>7) <b>Cor:</b> Estrutura na cor bege e as portas na cor azul marinho.</p> <p>8) <b>Ventilação:</b> no corpo do armário e nas portas sem ventilação, portas lisa.</p> <p>9) <b>Portas:</b> Devem ter dobra fechada em todos os lados, sem ventilação.</p> <p>10) <b>Fechaduras:</b> Embutidas na estrutura da porta com dispositivo tambor, com 2 chaves identificadas por numeração estampada no tambor e na chave, comprovando que cada modelo é diferente um do outro, independente do número de portas. Sistema de segredo através de multipontos que dificulta a violação, diferente do sistema dentado.</p> <p>11) <b>Tranca Interna:</b> Lingueta reforçada com no mínimo 3mm de espessura.</p> <p>12) <b>Dobradiças:</b> Internas à estrutura do armário, mínimo 2 dobradiças em cada porta, com no mínimo 5</p>				



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

conexões. As dobradiças em conjunto com a estrutura do armário deverão ser de tal forma que não permita a retirada do pino articulação pelo lado externo.

**13) Prateleira:** Com dobra fechada na parte frontal aumentando a resistência ao peso.

**14) Conjunto de pé elevado fixo:** Com altura de 150mm em chapa aço inox 430 de 1,5mm espessura. Ponteiras redondas fixadas diretamente no tubo de aço inox 439 de 1" de 1,2mm de parede, por pressão, utilizadas para fixação dos pés deslizadores confeccionadas em polipropileno preto e possuem uma porca em aço inox AISI 304 com rosca m8 embutida. Aumentando a altura do armário para aproximadamente 2000mm.

**15) Sistema de Montagem:** Para evitar agressão ao tratamento de zincagem da chapa pelo processo de solda, os armários devem ser montados por um processo de rebites em alumínio. Rebites alojados na estrutura que permitem o alinhamento face a face das laterais dos armários.

**16) Qualidade e Acabamento:** O armário não pode estar amassado, descascado riscado, torto, com rebarbas podendo provocar acidente. As portas não devem apresentar marcas de ponto de solda das dobradiças e do reforço interno pelo lado externo após a pintura. As dobradiças não devem estar tortas, mal colocadas, os pinos das dobradiças devem estar bem encaixados e a pintura deve ser homogênea. As portas não devem possuir abertura nos cantos de união da chapa, de forma a ter mais segurança ao usuário, ser isentas de cantos vivos com dobras fechadas que oferecem maior resistência mecânica, não proporcionando o efeito faca e não apresentem riscos ao usuário a acidente. O reforço rígido interno na porta deve ser com dobras em 90° com fixação por processo de ponto elétrico sem que fiquem bolhas de solda. Os varões da tranca interna devem fechar sem esforço. As prateleiras devem ter dobras fechadas, isento de cantos vivos não proporcionando o efeito faca, impedindo que o usuário venha a sofrer acidente. O Armário deve ser isento de cantos vivos e possuir batentes em borracha para um fechamento das portas serem leve e silencioso. Portas embutidas no quadro do armário, todo o quadro interno da porta deve possuir no mínimo 5mm de aba evitando introdução ou retirada de algum material, de modo que não tenha frestas de acesso ao compartimento interno. O armário não deve possuir respingos de solda ou tinta escurrida.

**17) Garantia:** 60 meses.

**DETALHES**

- O preço do produto deverá considerar todos os custos inerentes ao fornecimento e funcionalidade, dentre eles: impostos, taxas diversas e fretes com posto em Fortaleza/CE.

VALIDADE MÍNIMA INDETERM INADA	GARANTIA MÍNIMA 60 MESES	TIPO DE GARANTIA BALCÃO ou TROCA IMEDIATA	TIPO DE AMOSTRA CATÁLOGO E AMOSTRA	QUANTIDADE DE AMOSTRA 01
---	--------------------------------	---	---	--------------------------------

**MÉTODOS DE ANÁLISE:**

- Verificação das especificações descritas na embalagem/catálogo do produto e amostra;  
- Em caso de dúvidas, será solicitado técnico especializado na área para avaliação das especificações mínimas exigidas.



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**ANEXO II DO CONTRATO**

**FORMULÁRIO DE ABERTURA DE CHAMADOS**

A manutenção corretiva contempla serviços de reparo, durante o tempo de garantia, nos equipamentos e acessórios que devem ser realizados para eliminar todos os impasses, problemas e limitações existentes, identificados por meio de diagnóstico, bem como a realização de testes e regulagens que sejam necessárias para garantir o retorno dos equipamentos às condições normais de funcionamento.

**ABERTURA DE CHAMADO DE GARANTIA**

Responsável:		Telefone:		E-mail:	
Nº do chamado:		Data:		Hor. de Abertura:	
Unidade Judiciária:			Endereço:		
<b>DETALHES DO CHAMADO</b>					
<b>ORDEM</b>	<b>Descrição do Problema</b>				
1					
2					
3					
4					
<b>OBSERVAÇÕES:</b>					
<b>DADOS TÉCNICOS DA MANUTENÇÃO</b>					
Nome(s) do(s) técnico(s):				Nº do CPF	
Data do início do atendimento:				Hora do início do atendimento:	
<b>FINALIZAÇÃO DO CHAMADO</b>					
DATA:			HORA:		
Houve troca de peças? Em caso positivo, descreva-as:					
Motivo da troca de peças:					
Haverá devolução de peças? Novas ou Usadas? Quais são?					
Quem receberá as peças devolvidas? Onde serão acondicionadas?					
<b>NÍVEL DE SATISFAÇÃO</b>					
<input type="checkbox"/> Insatisfatório		<input type="checkbox"/> Parcialmente Satisfatório		<input type="checkbox"/> Satisfatório	

\_\_\_\_\_  
FISCAL DO CONTRATO  
MATRÍCULA:

\_\_\_\_\_  
TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO  
CPF:



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**ANEXO III DO CONTRATO**

**FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Dados pessoais do(s) representante(s) e/ou procurador(es), devidamente habilitados, do futuro FORNECEDOR, indicado(s) para assinatura do Contrato:

NOME	DÁRIO OLNEY FARIAS MARTINS
NACIONALIDADE	BRASILEIRO
ESTADO CIVIL	
PROFISSÃO	SÓCIO ADMINISTRATIVO
RG	96002563341 SSP/CE
CPF	875.156.283-91
DOMICÍLIO	AV. INDEPENDÊNCIA, 323, JARDIM IRACEMA
CIDADE	FORTALEZA
UF	CE
FONE	(85) 3284 1024
FAX	
CELULAR	
E-MAIL	idrcomercial@hotmail.com